5) O pessoal de cozinha, dos serviços de alimentação e refeitório tem direito a alimentação gratuita. O pessoal de enfermagem, serventes e barbeiros têm direito a alimentação, mediante o desconto até 25 por cento das suas remunerações.

Ministérios das Finanças e da Saúde e Assistência, 1 de Julho de 1959. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*. — O Ministro da Saúde e Assistência, *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do consultor jurídico da Organização das Nações Unidas, o Governo do Reino Unido e da Irlanda do Norte formulou as seguintes notificações relativas à Convenção sobre a circulação rodoviária, assinada em Genebra em 19 de Setembro de 1949:

Notificação da aplicabilidade da Convenção aos territórios de Jamaica, Santa Lúcia e Trindade — 5 de Março de 1959.

Notificação da aplicabilidade da Convenção ao território de Gâmbia — 25 de Março de 1959.

Notificação da aplicabilidade da Convenção, com reservas, aos territórios de Mauritius e Singapura — 13 de Maio de 1959.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 27 de Junho de 1959. — O Director-Geral, *Ruy Teixeira Guerra*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

Portaria n.º 17 251

Manda o Governo de República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regulamento para a Execução do Serviço de Correspondências Postais nas Províncias Ultramarinas, aprovado pelo Decreto n.º 40 592, de 5 de Maio de 1956, e tendo em vista o novo acordo postal firmado com a Espanha por meio de troca de notas diplomáticas, que os prémios de registo estabelecidos na rubrica n.º 9, col. 5, das tabelas gerais de taxas e portes postais, aprovadas pela Portaria n.º 15 970, de 13 de Setembro de 1956, sejam modificados, de harmonia com o seu n.º 4, para os valores dos prémios estabelecidos para o regime internacional na col. 9 das mesmas tabelas.

Ministério do Ultramar, 1 de Julho de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Carlos Abecasis*.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA ECONOMIA

Portaria n.º 17 252

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar e pelo Secretário de Estado do

Comércio, ouvidas a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama e a Junta de Exportação do Algodão, nos termos do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 40 405, de 24 de Novembro de 1955, o seguinte:

1.º Mantém-se para o algodão ultramarino da colheita de 1959 o preço médio C. I. F. de 17\$30(485) por quilograma;

2.º Este preço será eventualmente reduzido, na medida em que o for o custo dos fretes marítimos de transporte do algodão do ultramar para a metrópole;

3.º Os importadores da metrópole são obrigados a adquirir para abastecimento das necessidades normais de laboração da indústria a quantidade máxima de 41 000 t de algodão ultramarino da colheita de 1959, sendo fixado em 4500 t o limite máximo de algodão dos tipos V e VI a incluir naquele contingente.

Ministérios do Ultramar e da Economia, 1 de Julho de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino. — O Secretário de Estado do Comércio, *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 1 de Junho corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 5.º

Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Escola de Regentes Agrícolas de Santarém

Artigo 791.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» — 48.000\$00

Para o n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros» + 48.000\$00

Conforme o preceituado no artigo 13.º do Decreto n.º 42 047, de 23 de Dezembro de 1958, esta alteração orçamental mereceu, por despacho de 12 do mês em curso, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 25 de Junho de 1959. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral dos Combustíveis

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Comércio de 26 de Junho corrente, foram fixados os preços dos combustíveis líquidos, que a seguir se indicam, a vigorar a partir de 1 de Julho de 1959:

Gasolina I. O. 91 RM:

5\$ por litro, fornecida nos postos abastecedores, autorizados para o efeito, do continente e ilhas adjacentes.